



DESIGUALDADES SOCIAIS, DESEQUILÍBRIOS DE RENDA E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL.

SOCIAL INEQUALITIES, INCOME IMBALANCES AND SOCIAL POLICIES IN BRAZIL.

Tisiane Siqueira de Oliveira Guimarães ¹

Alcides Goularti Filho ²

1. Introdução: Desigualdades Sociais e Pobreza.

Há alguns anos as desigualdades sociais tornou-se um assunto importante, devido a seu agravamento e as suas consequências, tanto sociais, quanto econômicas em vários países. O aumento da pobreza em nível mundial, principalmente nos países subdesenvolvidos, tem mobilizado organismos internacionais a buscar alternativas para seu combate. De fato, dentro deste processo outro fator preocupante é a exclusão social, que tem sido representada pela perversidade do sistema distributivo de renda – que se propagou ao longo dos tempos, atingindo níveis de intensificação cada vez maiores, latentes e alarmantes no contexto das relações sociais.

Em média, à medida que os países enriquecem, diminui a incidência de pobreza. Por essas razões, o crescimento econômico parece ser um indicativo forte de redução da pobreza. Sabemos que há outros, como os níveis médios de educação, saúde, políticas sociais, segurança, etc, e, aqui trabalho iremos analisar os conceitos a cerca das desigualdades sociais, os impactos gerados pelos desequilíbrios de renda e sua relação com as políticas sociais adotadas no Brasil.

¹ Tisiane Siqueira de Oliveira Guimarães; Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC; **Linha de Pesquisa: Políticas Sociais no Brasil e Desigualdades de Renda.** Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS/UNESC) – Turma de Mestrado Interinstitucional ofertado pela UNESC e Faculdade Ieducare (FIED), por meio de convênio celebrado entre as mantenedoras Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI) e Associação Igreja Adventista Missionária (AIAMIS), Membro do **NUPED/UNESC.** e-mail: tisiane.oliveira@gmail.com..

² Alcides Goularti Filho. Doutor em Economia pela UNICAMP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS/UNESC). e-mail: agf@unesc.net.



O estudo das desigualdades sociais, sempre mereceu atenção especial na formação dos interesses dos economistas. De Adam Smith até Robert Lucas, passando por Robert Solow, considerou-se que o crescimento econômico é a melhor manifestação do bem-estar de determinada sociedade. O pressuposto fundamental desta tradição está baseado na ideia de que todos os agentes beneficiam-se dos frutos do crescimento econômico. Em outras palavras, trata-se do crescimento econômico como se fosse distributivamente neutro.

A desigualdade social historicamente foi e continua sendo definida de acordo com os propósitos analíticos e políticos de quem a define. Dentre os fatores conhecidos este trabalho pretende abordar as consequências da má distribuição de renda, qual a relação com a educação deficitária, como a má gestão dos recursos públicos e os investimentos governamentais insuficientes explicam a não garantia dos serviços básicos. Neste sentido, o trabalho pretende abordar como ao longo do século XX, essas diferentes abordagens se interlaçam e, explicam a inversão de prioridades.

Por que o crescimento econômico não beneficia a todos da mesma maneira? Do que depende a eficácia do crescimento na redução da desigualdade de renda? Quais as políticas sociais adotadas no Brasil que demonstram melhores resultados? Qual a qualidade do crescimento econômico que pode ajudar melhor na redução da pobreza? Essas são algumas perguntas que o trabalho pretende responder.

De modo abrangente, o objetivo deste trabalho é o de analisar a literatura sobre o impacto das desigualdades sociais, os efeitos dos desequilíbrios de renda e a adoção de políticas sociais no Brasil. De modo mais específico, este trabalho discute estratégias de crescimento pró-pobre no Brasil, e analisa as características do tipo de crescimento econômico mais justo e igualitário.

2. Os métodos

O artigo discutirá várias opções metodológicas de estimativas de linha de pobreza, baseado no método dedutivo, com técnica de pesquisa bibliográfica. Inicialmente, faremos a mensuração da pobreza com base nas proporções da população que vive em famílias com renda familiar per capita abaixo de um nível preestabelecido, denominado linha de pobreza (L).



Determinada a linha de pobreza (L), esta proporção pode ser obtida na distribuição de indivíduos segundo a sua renda familiar per capita como (f) a área sob a função densidade de probabilidade e à esquerda da linha de pobreza ou diretamente da função de distribuição acumulada $F(L)$. A opção por esta medida de pobreza, na prática, deve-se a sua simplicidade de fato. Outra medida qualquer poderia ser adotada resultando nessa mesma distribuição, como é o caso do hiato de renda médio e do índice de pobreza de Sen.

Como tema que acompanhou desde sempre a história das ciências sociais, a desigualdade social foi e continua sendo definida de maneira muito variada, dependendo dos propósitos analíticos e políticos de quem a define. No final do século XX, as abordagens neoclássicas alcançaram especial relevância tanto no campo disciplinar da economia quanto nas principais organizações internacionais, como as agências de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) e o no Banco Mundial.

Nesses contextos, privilegiou-se uma definição específica de desigualdades, que ainda hoje continua muito influente no âmbito das agências internacionais e públicas. Segundo ela, desigualdades sociais referem-se às diferenças observadas nas chances individuais de acesso e posse de bens socialmente valorizados. Assim, as diferenças individuais de renda, estudadas dentro das fronteiras nacionais e medidas na maior parte dos casos pelo índice de Gini, tornaram-se a forma, por excelência, de abordá-las.

Os reflexos do conseqüente aumento da pobreza do Brasil e da dificuldade que a sociedade e o governo Brasileiro enfrentam em amenizar esta condição de milhões de indivíduos refletem-se não somente nas baixas condições de vida destas pessoas, mas no enfraquecimento do próprio tecido social, como por exemplo, através do aumento da violência e criminalidade.

3. O instrumental teórico.

A caracterização da pobreza não é um assunto trivial. Historicamente, tem se reconhecido (por exemplo, em Sen, 2000 e 2001) que a pobreza não é apenas falta de renda, mas também falta de capacitações. Os pobres estão dotados de um sentimento de incapacidade, de falta de otimismo, capacidade de deliberação, por



não conseguirem desfrutar dos direitos básicos de que qualquer ser humano deveria ter como: água limpa, saneamento básico, energia elétrica, alimentação adequada e um sistema de saúde pública que atenda as suas necessidades sem discriminação.

Recentemente, o conceito de crescimento econômico tem sido visto dentro da perspectiva de “desenvolvimento humano”. De acordo com Sen (2000, 2001), a perspectiva da capacitação é uma concepção da igualdade de oportunidades que destaca a liberdade substantiva que as pessoas têm para levar suas vidas. Ela focaliza o que as pessoas podem fazer ou realizar, quer dizer, a liberdade para buscar seus objetivos. As “oportunidades reais” (ou “substantivas”) de que uma pessoa dispõe para realizar entre outras coisas “objetivos ligados ao bem-estar, são representadas por sua “capacitação””.

Nesta visão de Sen, adotada neste trabalho, pobreza, fome, desemprego, desamparo ou inseguranças sociais ou econômicas são o resultado de causas múltiplas que não podem ser reduzidas simplesmente à falta de renda.

De acordo com Barros, 2000, o diagnóstico básico referente à estrutura da pobreza é o de que o Brasil, no limiar do século XXI, não é um país pobre, mas um país extremamente injusto e desigual, com muitos pobres. A desigualdade encontra-se na origem da pobreza, desde os primórdios, sendo o Brasil um país, onde as raízes da pobreza ultrapassam gerações, e, se explicam através de diversas correntes históricas, desde a escravidão, luta de classes, jogos de poder, passando pela estrutura, etnia, gênero, etc.

Em 2014, o Brasil saiu do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), isso foi um marco mundialmente reconhecido frente ao dever do país, em garantir os direitos humanos, tais como, alimentação adequada e saudável.

Entretanto, nos últimos anos, com a pandemia, os dados a partir de 2020, monitorados pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), demonstram uma mudança nesta tendência apresentada em 2014. O problema da insegurança alimentar voltou a ser discutido entre os órgãos que monitoram o problema da insegurança alimentar, pois houve uma mudança na metodologia de cálculo.

O Mapa era calculado a partir de um indicador criado pela própria organização, o POU (Prevalence of Undernourishment, em inglês), que significa uma

medida de acesso adequado a alimentos. O resultado baseava-se numa estimativa da porcentagem da população cujo consumo alimentar é insuficiente para manter uma vida saudável e ativa. Cálculo baseado na média móvel dos últimos três anos.

Este indicador é considerado como uma abordagem indireta para medir o grau de insegurança alimentar, porém, não é baseado em fatores como idade, gênero, etc. Segundo dados do programa Fome Zero, as estatísticas baseiam-se nas calorias mínimas para viver.

4. Considerações finais.

A expansão das capacitações humanas dos pobres é um fator dominante para qualquer estratégia de redução da pobreza, devido ao valor intrínseco de capacidades como as de saúde e educação como pelo valor da sua contribuição para outras dimensões de bem estar, principalmente a de renda. Assim, o ataque à pobreza requer ações que vão além do campo econômico.

Por isso, a ação pública deve fazer mais do que investir em serviços sociais, ela deve cumprir com suas obrigações de responsabilidade social para com todos os indivíduos, minimizando desigualdades e construindo uma distribuição de renda mais justa. É neste ponto, que esta a questão central do nosso trabalho, a de analisar a quantidade e a qualidade de crescimento econômico que pode beneficiar a pobreza. Similarmente, examinamos se e somente se esta variável isoladamente é capaz de solucionar o problema da crescente economia da pobreza no Brasil.

Na elaboração deste artigo, ficou muitas lacunas que não discutimos, tais como os condicionantes políticos e institucionais básicos para o estabelecimento de estratégias que reduzam a desigualdade de fato. Nota-se a importância crucial de estimular políticas de crescimento para alimentar a dinâmica econômica e social do país. No entanto, para erradicar a pobreza no Brasil é necessário definir uma estratégia que priorize a redução das desigualdades baseadas no conjunto de políticas sociais voltados ao desenvolvimento das “*capabilities*”, a geração de emprego e renda, alicerçados em políticas de desenvolvimento educacional. Assuntos a serem abordados em próximos estudos sobre o tema.



Palavras-chave: Desigualdades sociais. Desequilíbrios de renda. Políticas Sociais no Brasil.

Keywords: Social inequalities. Income imbalances. Social Policies in Brazil.

5. Referências bibliográficas

BARROS, Ricardo Paes de; CORSEUIL, Carlos Henrique; e outros. Uma avaliação dos impactos do salário mínimo sobre o nível de pobreza metropolitana no Brasil. **Economía**. Niterói (RJ), v.2., n.1, p.47 – 71, jan/jun.2001.

GOULARTI FILHO, Alcides. RABELO, Giani. **Crescimento, Educação e Desigualdade Social no Brasil: Invertendo Prioridades**. RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano XIX – V.3 – N.38 – Dezembro de 2017 – Salvador, BA – p.109 – 135.

HENRIQUES RICARDO (org.) **Desigualdades e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA, 2000.

ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil. O que há de novo no limiar do século XXI? **Economia**, Niterói (RJ), v.2, n.1, p.73 – 106, Jan/jun. 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento Como Liberdade**. Editora Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. **Desigualdade Reexaminada**. Editora Record. Rio de Janeiro – São Paulo. 2001.